



## **PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: um estudo entre jovens inseridos no contexto da reforma previdenciária brasileira**

### **PERSONAL FINANCIAL PLANNING: a study among young people inserted in the context of the Brazilian social security reform**

Tatiana Letícia de Souza<sup>1</sup>  
José Vuotto Nievas<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

As novas regras apresentadas pela reforma no sistema previdenciário brasileiro podem acarretar em impactos no planejamento de vida dos cidadãos, principalmente para as novas gerações. O conhecimento em finanças, vinculado à efetuação de reservas e de investimentos, além da realização de planejamento para a aposentadoria, podem garantir estabilidade financeira, sem depender somente da renda disponibilizada pela Previdência Social. Nesse contexto, o objetivo geral desse trabalho consiste em apresentar estratégias de investimento no mercado financeiro, de capitais e de previdência complementar para os jovens inseridos em meio ao cenário da reforma previdenciária. Constituem os objetivos específicos, analisar o cenário previdenciário brasileiro, bem como as alterações propostas pela reforma aprovada, além de investigar através da aplicação de um questionário, o posicionamento dos jovens referente à prática do planejamento financeiro, bem como o nível de conhecimento dos mesmos quanto ao processo de aposentadoria no Brasil. Ademais, a pesquisa irá evidenciar os principais tipos de investimentos que constituem o mercado financeiro, de capitais e previdência complementar, bem como, identificar qual a modalidade mais rentável e relatar sobre a relevância do planejamento financeiro pessoal, propondo aos jovens pesquisados a realização de investimentos para a aposentadoria. A metodologia aplicada na pesquisa é classificada quanto aos objetivos em aplicada e descritiva, quanto à abordagem do problema em qualitativa e quantitativa, e no que se refere aos procedimentos técnicos, consiste em bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso. Conclui-se que a maioria dos participantes desse estudo possuem o hábito de realizar o planejamento financeiro, entretanto, no que se refere à aposentadoria, apesar de ser evidente a preocupação dos jovens com o contexto de mudanças, muitos demonstraram não efetuar práticas que poderiam contribuir para a redução dos impactos futuros.

**Palavras-chave:** Finanças. Investimento. Planejamento. Aposentadoria.

#### **ABSTRACT**

The new rules presented by the reform in the Brazilian social security system may have an impact on citizens' life planning, especially for new generations. Knowledge in finance, linked to making reserves and investments, in addition to carrying out retirement planning, can guarantee financial stability, without depending only on the income made available by Social Security. In this context, the general objective of this work is to present investment strategies in the financial, capital and supplementary pension markets for young people in the midst of the pension reform scenario. The specific objectives are to analyze the Brazilian social security scenario, as well as the changes proposed by the approved reform, in addition to investigating through the application of a questionnaire, the position of young people regarding the

---

Artigo recebido em 22 de dezembro de 2020 e aprovado em 11 de maio de 2021

1 Graduanda em Administração (PUC Minas), Brasil. E-mail: tatiana.lsouza@hotmail.com

2 Mestre em Economia de Empresas, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Controladoria (FEAD-MG). Graduada em Administração e em Ciências Contábeis (PUC Minas). Docente assistente IV (PUC Minas), perito contador e consultor - Perícia Contábil e Técnica do Tribunal de Contas - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Brasil. E-mail: jvnievas@yahoo.com.br.

practice of financial planning, as well as their level of knowledge regarding to the retirement process in Brazil. In addition, the research will highlight the main types of investments that make up the financial, capital and private pension markets, as well as identify which is the most profitable modality and report on the relevance of personal financial planning, proposing to the young people surveyed that investments be made. for retirement. The methodology applied in the research is classified as for the objectives in applied and descriptive, as for the approach of the problem in qualitative and quantitative, and with regard to the technical procedures, it consists of bibliographic, field research and case study. It is concluded that the majority of the participants in this study are in the habit of carrying out financial planning, however, with regard to retirement, although the concern of young people with the context of changes is evident, many demonstrated that they did not carry out practices that could contribute to reduce future impacts.

**Keywords:** Finance. Investment. Planning. Retirement.

## **INTRODUÇÃO**

Planejar constitui-se no estabelecimento antecipado de ações a serem realizadas, em contextos e condições predeterminadas, estimando recursos e responsabilidades necessárias para o alcance de objetivos definidos. O ato de planejar pode ser utilizado por qualquer tipo de entidade, sociedade, empresa, família ou indivíduo, em períodos de curto, médio ou longo prazo. (HOJI, 2017).

De acordo com Sousa (2018), o planejamento pessoal deve se originar no ambiente familiar, acompanhado de orientações e diretrizes para a geração de valores do indivíduo. O planejamento financeiro associa-se ao pessoal, pois representa um processo de elaboração de estratégias para o gerenciamento de questões financeiras e alcance de metas.

De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (CNDL; SPC, 2020), cerca de 48% dos brasileiros não controlam o seu próprio orçamento. A referida pesquisa evidenciou que o ato de planejar não é considerado um hábito comum entre os indivíduos, principalmente pelo padrão de vida consumista em que a maioria das famílias estão inseridas. Na atualidade, o Brasil tem vivenciado diferentes aspectos sociais que influenciam diariamente a vida e os planos da população brasileira, como por exemplo, a reforma no sistema de Previdência Social, aprovada em novembro de 2019 no governo do atual presidente Jair Bolsonaro. (TREVIZAN, 2019).

A Previdência no Brasil surgiu no ano de 1923, a partir da aprovação da Lei Eloy Chaves, instituída pelo Decreto Legislativo nº 4.682, que disponibilizava aos empregados das empresas ferroviárias uma opção de reserva para aposentadoria ou um projeto visando manter a estabilidade financeira de forma eficiente. O processo de industrialização trouxe a necessidade de cada indivíduo buscar meios para garantir os

seus direitos trabalhistas, e propiciou o surgimento dos "Institutos de Aposentadoria e Pensões", que a partir do ano de 1990 foram agregados formando o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, 2017).

A reforma do sistema de Previdência Social brasileiro, aprovada pela Emenda Constitucional nº 103 em novembro de 2019, apresentou alterações nas regras de aposentadoria que podem acarretar em desvantagens futuras para os jovens inseridos no mercado de trabalho, assim como para aqueles que ainda irão iniciar a carreira profissional. Diante das novas regras e exigências propostas pela reforma, tornou-se relevante avaliar a sua relação, com a utilização de estratégias de investimento e planejamento financeiro, visando o alcance da estabilidade na terceira idade, bem como a garantia da realização de projetos futuros. Dessa forma, argumenta-se: qual a perspectiva dos jovens inseridos no contexto da reforma previdenciária brasileira, em relação ao planejamento financeiro e a aposentadoria bem como qual é a visão dos mesmos diante deste cenário?

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar estratégias de investimento no mercado financeiro, de capitais e de previdência complementar para os jovens inseridos em meio ao contexto da reforma no sistema previdenciário brasileiro. Para o alcance deste objetivo foram eleitos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o cenário previdenciário brasileiro, bem como as alterações propostas pela reforma aprovada;
- b) Investigar através da aplicação de um questionário, o posicionamento dos jovens referente à prática do planejamento financeiro, bem como o nível de conhecimento dos mesmos quanto ao processo de aposentadoria no Brasil;
- c) Evidenciar os principais tipos de investimento que constituem o mercado financeiro, de capitais e previdência complementar, bem como, identificar qual a modalidade mais rentável;
- d) Relatar sobre a relevância do planejamento financeiro pessoal e propor aos jovens pesquisados a realização de investimentos para a aposentadoria.

A escolha do tema de pesquisa justificou-se por diversos fatores. No Brasil, diversas ocorrências sociais vivenciadas ao longo dos últimos anos contribuíram para a instabilidade econômica de muitos membros da sociedade. Fatores como a crise econômica e a crise política, influenciaram diretamente o aumento dos níveis de

desemprego, crescimento da inadimplência e redução da qualidade de vida da população. É evidente que a grande maioria das famílias ainda sofrem com os impactos desses acontecimentos, e necessitam de buscar alternativas para se restabelecer.

De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL *et al.*, 2019), a cada dez brasileiros, seis não se preparam para a aposentadoria, principalmente devido a limitações no orçamento. Nesse sentido, torna-se relevante o conhecimento e a utilização de ferramentas que possibilitem uma melhor visão de futuro, abrangendo temas como educação financeira, planejamento, administração e organização.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico deste trabalho está organizado em tópicos que abrangem de forma pormenorizada, assuntos relacionados à problemática abordada.

### **1.1 Contabilidade Financeira**

Conforme Marion (2018, p.3), entende-se por Contabilidade como “o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa.”. A contabilidade pode ser compreendida em seu âmbito geral, abordando todos os tipos de organizações, ou em seus aspectos particulares, abrangendo aplicações específicas para cada ramo de atividade ou setor econômico.

A contabilidade financeira se dispõe dentro da contabilidade geral, e está direcionada às necessidades de acesso à informação por parte dos *stakeholders*. Os resultados financeiros são mensurados através dos profissionais contábeis e reportados nas demonstrações financeiras existentes. É de responsabilidade dos tomadores de decisão utiliza-las como ferramenta para a avaliação da organização em relação a diferentes aspectos. (SALAZAR, 2004).

Segundo Salotti *et al.* (2019) é neste ramo da contabilidade que as demonstrações contábeis e financeiras são elaboradas e posteriormente publicadas, tendo em vista a necessidade de seguir regras e procedimentos específicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação, apresentando através dos relatórios e demonstrações, a real situação econômica do negócio.

## 1.2 Contabilidade para pessoas físicas

A contabilidade é compreendida como uma ciência social que apresenta como objeto o patrimônio de uma entidade. Padoveze (2016) evidencia que o termo “patrimônio” pode ser caracterizado como um grupo de riquezas pertencentes a uma entidade. Entidade, é considerada como a independência de algo, ou seja, a existência individualizada, e que no ramo contábil, pode ser uma pessoa física ou jurídica. Tendo em vista que a contabilidade abrange as duas personalidades expostas, qualquer uma que dispor da necessidade dos aspectos contábeis, é classificada como uma entidade.

Considerando que o objetivo contábil é o patrimônio, compreende-se que a sua aplicação está diretamente vinculada às aziendas. O conceito de azienda se encontra além da ideia de empresa, pois um indivíduo, pessoa física, que seja capaz de administrar e controlar o seu próprio patrimônio também é considerado uma azienda, ou seja, uma entidade. (VICECONTI, 2018).

Em contrapartida às pessoas jurídicas, as pessoas físicas não gozam da obrigação legal de efetuação de escrituração contábil, isto é, do registro dos fatos que ocorreram em seu patrimônio. Apesar do foco da contabilidade se direcionar em grande parte às pessoas jurídicas, os aspectos pessoais são extremamente relevantes, pois abrange a estruturação e o controle patrimonial na vida de cada cidadão. (VICECONTI, 2018).

## 1.3 Educação Financeira

A educação financeira pode ser compreendida como o desenvolvimento e a construção de uma mentalidade e de conhecimento efetivo referente ao aspecto financeiro, contribuindo para a autonomia financeira, assim como também para o alcance de comportamentos coerentes e saudáveis, no que concerne a capacidade de gerir recursos e conseguir lidar com imprevistos. (LIMA *et al.*, 2016).

Entende-se que a educação financeira permite aos investidores, indivíduos, organizações e famílias, o desenvolvimento da capacidade de gerenciamento de seus recursos financeiros, facilitando assim a conciliação entre receitas e despesas. O Banco Central do Brasil, em seu Relatório de Cidadania Financeira do ano de 2018, divulgou que cerca de 32% da população brasileira poupou nos últimos doze meses, o que de certa forma não representa um percentual extremamente relevante, evidenciando um déficit na educação financeira brasileira, e nas finanças pessoais das famílias. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

## **1.4 Finanças Pessoais**

O termo finanças, conforme discorre Neto (2019), pode ser estudado através da subdivisão entre três grandes segmentos: finanças corporativas, mercado financeiro e finanças pessoais. Ao longo dos anos, o segmento de finanças pessoais apresentou significativa evolução, influenciada pelos diferentes cenários econômicos vivenciados no Brasil e no mundo. As finanças pessoais podem ser compreendidas como o controle do próprio patrimônio individual, incluindo a organização de contas, administração das receitas, estratégias de investimentos, dentre outros. (PIRES, 2006).

Dessa forma, as finanças pessoais estão relacionadas ao processo de aquisição de bens e serviços fundamentais para a satisfação de necessidades e desejos individuais (PIRES, 2006). Além disso, esse segmento é capaz de auxiliar, de maneira confiável e segura, o manuseio do dinheiro, sendo ele próprio ou de terceiros, diante de um cenário econômico baseado em moeda e crédito.

### **1.4.1 Planejamento Financeiro**

Conforme descreve Hoji (2017, p. 419), o termo planejamento traduz-se em “estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidas, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades, para atingir os objetivos fixados.”. Segundo Dietrich e Braido (2016), o planejamento financeiro pode ser realizado em períodos de curto, médio ou longo prazo, tendo em vista que cada um deles possui uma abordagem específica. Ele atuará como um guia e possibilitará visão de futuro através da projeção das condições atuais para um amanhã ainda desconhecido, podendo ser ajustado diante de mudanças e novos cenários. Dessen (2015), explica que não há um método específico para o planejamento adequado das finanças, pois existe uma variação no que se refere à idade, estrutura, renda familiar, e patrimônio de cada indivíduo.

Atualmente, através da intensa evolução tecnológica que ampliou o acesso das sociedades a diversos recursos que facilitam a execução de tarefas cotidianas, são diversas as ferramentas que contribuem para a elaboração do planejamento financeiro, abrangendo também o controle orçamentário e o acompanhamento de diferentes tipos de investimentos. Dentre as alternativas existentes, é possível fazer o uso de recursos como *planners*, agendas, planilhas, aplicativos, *softwares*, dentre outros.

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS, 2019).

### 1.5 Investimentos

Investimento pode ser conceituado como um sacrifício no presente em favor da obtenção de benefícios futuros. (BRUNI, 2018). Dessen (2015) explica que existem três atributos essenciais para a análise da melhor opção de investimento: segurança, liquidez e rentabilidade. A segurança relaciona-se com o nível de risco do investimento, a liquidez é a facilidade com que o investimento pode ser resgatado, e a rentabilidade, refere-se aos retornos que a aplicação poderá proporcionar. Vale ressaltar que é improvável encontrar no mercado um investimento que englobe todos os atributos avaliados.

Cada indivíduo possui um perfil de investidor, também conhecido como “*suitability*”, e a opção mais adequada para um pode não ser a mais rentável para o outro. O investidor que possui objetivos a curto e a médio prazo, pode formar principalmente reservas emergenciais sem tolerar riscos, e se enquadra como um conservador. Em contrapartida, aquele que não se preocupa com o retorno imediato, e admite perdas para serem compensadas em momentos futuros, é classificado como agressivo ou arrojado. O perfil moderado, é o meio termo entre os demais, vinculando escolhas conservadoras e agressivas. (CONGO, 2019a).

Objetivando a proteção dos investidores mediante situações de “intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da instituição financeira na qual ele mantém seus recursos” (PORTO, 2015, p.30), foi criado o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), pelo Governo Federal, em 1995. O fundo visa a proteção do investidor, em situações como por exemplo de créditos de depósitos de poupança, letras imobiliárias, letras de câmbio, dentre outras, no limite de até R\$ 250.000,00.

Porto (2015), explica que o mercado de ativos financeiros pode ser compreendido como títulos emitidos por agentes deficitários que necessitam de recursos. Os ativos podem ser divididos em dois grupos mais conhecidos, de acordo com a atual descrição do Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF), criado pelo Banco Central do Brasil: Títulos de Renda Fixa e Títulos de Renda Variável.

Os investimentos em renda fixa, conforme Pinheiro (2019), são emitidos pelo governo ou por uma empresa, possuindo o direito de recebimento de juros. Pode ser

classificado entre prefixados e pós-fixados. Além disso, eles possuem a proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). (PORTO, 2015).

No que concerne aos investimentos em renda variável, entende-se, conforme Pinheiro (2019), como aqueles em que não é possível conhecer o montante exato dos rendimentos futuros, sendo que o valor resgatado pode ser superior, igual ou inferior à aplicação inicial. Segundo Porto (2015), a renda variável é caracterizada pela inexistência de data específica para resgate.

**Quadro 1 - Comparação entre os tipos de ativos financeiros**

	<b>RENDA FIXA</b>	<b>RENDA VARIÁVEL</b>
<b>EMISSOR</b>	Bancos, empresas ou governo	Empresas
<b>RECEBIMENTO</b>	Possui prioridade de recebimento no prazo estabelecido	Fica submetido aos resultados da atividade de determinada empresa
<b>RISCO</b>	Menor	Maior
<b>RENTABILIDADE</b>	Tende a ser menor	Maior
<b>RETORNO</b>	Previamente conhecido	Sem conhecimento prévio

Fonte: Adaptado de PINHEIRO (2019, p.101).

### **1.5.1 Caderneta de Poupança**

A caderneta de poupança é um tipo de investimento tradicional, incluso na modalidade de renda fixa. (DESSEN, 2015). A poupança pode ser classificada como a modalidade de aplicação e método de reserva de dinheiro mais popular do mercado financeiro. É um produto ofertado exclusivamente pelas Sociedades de Crédito Imobiliário, bancos múltiplos, associações de poupança e empréstimo e caixas econômicas. Uma aplicação em caderneta de poupança apresenta riscos mínimos, entretanto, possui baixa rentabilidade. Ademais, apesar de possuir liquidez diária, pode-se resgatar a aplicação a qualquer momento. (PORTO, 2015).

A aplicação em uma caderneta de poupança por pessoa física ou condomínio de edifícios é isenta de imposto de renda sobre ganhos e possui ausência de incidência de taxas de administração. Esse tipo de investimento é indicado principalmente para os indivíduos que almejam a formação de reservas de emergência, e não é aconselhável para reservas de aposentadoria, principalmente devido à perda de rendimento a longo prazo em favor das variações na inflação. (NETO, 2019).

### **1.5.2 Certificado/ Recibo de Depósito Bancário (CDB/CRB)**



Também conhecidos como “depósito a prazo”, o Certificado de Depósito Bancário (CDB) e o Recibo de Depósito Bancário (RDB), apresentam-se como títulos emitidos por bancos comerciais, bancos de investimento, de desenvolvimento e múltiplos, como estratégia para captação de recursos para os seus negócios e repasse aos seus clientes por meio da oferta de empréstimos, cheques especiais, e outros produtos. (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2014). Diante disso, os investidores que realizam aplicações desse tipo, emprestam o seu dinheiro, por um certo período de tempo às instituições financeiras, com a expectativa de um bom retorno financeiro, tornando-se credores dos bancos. (DESSEN, 2015).

Os CDBs/ CRBs podem dispor de taxas de juros prefixadas, tendo o seu retorno conforme a taxa selecionada na aplicação, ou taxas de juros pós-fixadas, em que os rendimentos são vinculados a um determinado índice de inflação acrescido da taxa de juros definida. Assim, esse tipo de investimento é recomendado principalmente para objetivos a longo prazo, tendo em vista que quanto maior o período em que o título se mantém aplicado, maior será o percentual da taxa de juros DI, também conhecida como Certificado de Depósito Interbancário (CDI). (NETO, 2019).

### **1.5.3 Títulos Públicos**

A Secretaria do Tesouro Nacional, Brasil (2019) conceitua títulos públicos como um ativo de renda fixa, com rentabilidade identificada no momento da aplicação. Conforme características desses ativos, ele também é considerado de baixo risco e apresenta opções de investimento prefixados e pós-fixados.

Segundo Neto (2019), os títulos públicos são componentes do mercado monetário, e contribuem para o controle da liquidez da economia do país. São emitidos através da Secretária do Tesouro Nacional, em um portal na internet, e direcionados tanto para a execução da política monetária do Brasil, quanto para o financiamento de necessidades do orçamento da União, Estados e Municípios.

Conforme Dessen (2015), um título público é classificado com o menor risco possível, pois o governo federal garante a recompra e o resgate do mesmo. Ademais, possui liquidez diária que proporciona capacidade de recebimento imediato. São várias as opções ofertadas, de acordo com o objetivo e perfil de cada investidor. Dentre as possibilidades de investimento, estão: Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Letras do

Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional - Serie B (NTN-B) e Notas do Tesouro Nacional - Serie B – Principal (NTN-B).

#### **1.5.4 Fundos de Investimentos**

Segundo Pinheiro (2019), entende-se por fundo de investimento como um instrumento utilizado por investidores para a aplicação em títulos e valores mobiliários, ou em outros ativos presentes no mercado financeiro e de capitais. A principal característica de um fundo é a sua constituição em forma de condomínio, ou seja, os participantes aplicam coletivamente os seus recursos visando a obtenção de ganhos financeiros.

Porto (2015) define que um fundo de investimento é um tipo de aplicação financeira que abrange tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas. Diante disso, um fundo pode se constituir em forma de condomínio aberto, em que existe emissão de cotas ilimitadas e os participantes podem efetuar a solicitação de resgate de seu investimento a qualquer momento, ou condomínio fechado, em que as cotas são limitadas, e podem ser resgatadas somente ao final do prazo.

Os recursos dos investidores são aplicados na mesma proporção das suas cotas, tendo em vista que cada cota representa uma fração do patrimônio líquido do fundo. (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2014). A aplicação dos recursos é efetuada através de uma instituição financeira, e administrada por um gestor, a partir das especificações descritas no regulamento de cada fundo. (PORTO, 2015).

#### **1.5.5 Ações**

Ação, conforme descreve a Comissão de Valores Mobiliários (2014), pode ser entendida como um título de propriedade inserido na modalidade de renda variável, em que os investidores adquirem uma fração do capital social da empresa emissora. O acionista obtém o direito de participação nos resultados, de acordo com a quantidade de ações compradas, e são considerados como sócios. O investimento apresenta boa liquidez e pode ser negociado na bolsa de valores ou no mercado de balcão. (PORTO, 2015).

Tendo em vista que somente as companhias abertas, devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), podem negociar ações publicamente, os cenários econômicos e políticos interferem altamente na variação de preços das

mesmas, a partir do impacto nas empresas. Diante disso, o investimento em ações é considerado extremamente arriscado, exigindo do investidor o acompanhamento das oscilações do mercado e a formação de estratégias para aplicações. Apesar do risco elevado, o investimento em ações pode proporcionar alta rentabilidade, e é aconselhado principalmente para aplicações a longo prazo.

### 1.5.6 Previdência Privada

Atualmente, sabe-se que no Brasil há dois regimes de previdência, públicos e obrigatórios: Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). Segundo Dessen (2015), a Previdência Privada, ou complementar, caracteriza-se pelo caráter facultativo e é considerada um tipo de investimento a longo prazo que visa manter uma estabilidade salarial após a aposentadoria ou para outros projetos de vida. O sistema foi criado principalmente como o objetivo de auxílio à Previdência Social, que atualmente enfrenta adversidades como a elevação da expectativa de vida e redução dos índices de natalidade da população, além do crescimento da economia informal, que influencia diretamente na vinculação entre contribuintes e beneficiários. (TRINDADE, 2010).

De acordo com a Secretária de Previdência do Ministério da Economia, Brasil (2018), o Regime de Previdência Complementar (RPC) possibilita ao participante a definição do prazo determinado para o recebimento de suas reservas acumuladas ao final do período. O valor pode ser recebido de três formas: renda vitalícia, renda mensal por determinado período ou através de um resgate integral do saldo. O regime atua através de dois segmentos, e segundo Ibrahim (2015), estes são operados por Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC), e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

As entidades abertas são constituídas sob a forma de sociedade anônima, e oferecem planos de benefícios acessíveis a qualquer pessoa física, individuais ou coletivos, podendo ser adquiridos principalmente através de instituições financeiras. (LAURIA, 2018).

No que concerne às entidades fechadas, também conhecidas como fundos de pensão, são constituídas sob a forma de fundações ou sociedade civil, sem fins lucrativos, e oferecem planos acessíveis somente para empregados que possuem vínculo com empresas, sindicatos, órgãos públicos ou associações. (IBRAHIM, 2015).

Nesse contexto, mesmo diante de inúmeras vantagens referentes ao investimento em planos de Previdência Privada, é de extrema relevância que os investidores analisem principalmente no que se refere às Entidades Abertas, qual é o plano mais rentável para o seu perfil e objetivos, tendo em vista que podem ocorrer variações entre as ofertas de instituições financeiras, sendo válido comparar e simular dados entre as mesmas para verificar qual será mais vantajoso. (SOUSA, 2018).

### **1.6 Previdência no Brasil**

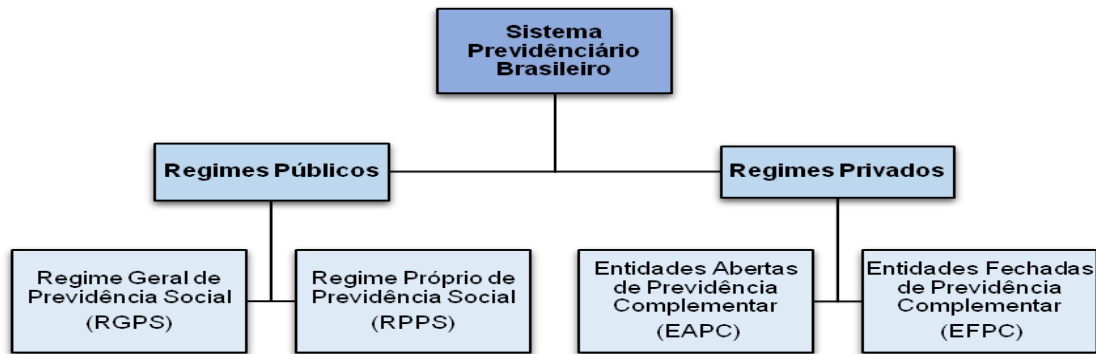
A Previdência Social brasileira é considerada uma técnica protetiva com característica de filiação obrigatória e contributiva, amparando o beneficiário contra diversos riscos expostos na sociedade. (IBRAHIM, 2015). Sua origem foi registrada a partir do ano de 1923, mediante a criação da Lei Eloy Chaves, através do Decreto Legislativo nº 4.682 de 24/01/1923. (EDUARDO, I.; EDUARDO, J., 2016).

O enfoque da previdência é a proteção contra riscos futuros e incertos relacionados à capacidade de trabalho, abordando, conforme o artigo 201 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada;
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (BRASIL, 2020a).

No Brasil, o sistema previdenciário é compreendido pelos regimes públicos e privados. No que concerne ao regime público, este é subdividido entre: Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). (IBRAHIM, 2015).

### **Figura 1 - Sistema Previdenciário Brasileiro**



Fonte: Adaptado de Ibrahim (2015).

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é o regime básico, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo o mais amplo dentre os demais, caracterizado como público, obrigatório e compreendendo a todos os indivíduos que exerçam algum tipo de atividade remunerada, como empregados, trabalhadores avulsos, empregados domésticos, contribuintes individuais e segurados especiais. (IBRAHIM, 2015).

No que se refere ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), este abrange os servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e fundações. Segundo Alencar (2019), os benefícios disponibilizados são: aposentadoria, abono de permanência, maternidade e salário-família. Em contrapartida ao RGPS, o Regime Próprio não apresenta regra específica que aborde todos os servidores públicos.

### 1.7 Reforma da Previdência

O sistema previdenciário brasileiro é considerado de extrema relevância por abranger direitos de milhares de trabalhadores. No ano de 2019, o Governo Federal apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC 6/19), aprovada e instituída através da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, que “altera o sistema de Previdência Social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.” (BRASIL, 2020b).

A proposta apresentada pelo governo do atual presidente Jair Bolsonaro se assemelha à do ex-presidente Michel Temer, divulgada no ano de 2016 através da Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC 287/16), que visava reestruturar o sistema previdenciário brasileiro em alguns aspectos, abrangendo os dois regimes existentes, RGPS e RPPS. (MACHADO, 2019).

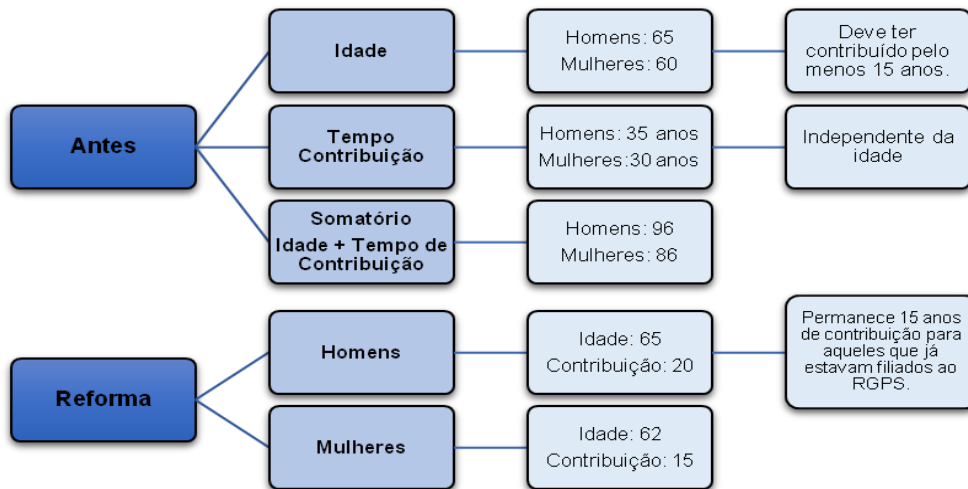
Ainda conforme Machado (2019), o principal objetivo da Emenda Constitucional nº 103 é o controle do déficit gerado no sistema previdenciário, constituído pelo aumento no número de beneficiários e redução de contribuintes ao longo dos anos, causando um desequilíbrio orçamentário. Dana (2017) explica que a população brasileira está vivenciando um processo de envelhecimento cada vez mais rápido e maior. Este processo é justificado através de dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), demonstrando que o índice referente à expectativa de vida, ou seja, a esperança de tempo de vida ao nascer, se elevou muito ao longo dos anos, posicionando-se em 76,3 anos, em 2018. Em contrapartida, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), demonstrou que os índices de fecundidade se reduziram ao se comparar o ano 2000, com 2,30 nascimentos por mulher, com o ano de 2018, indicando somente 1,77 nascimentos por mulher.

Diante disso, verifica-se que cada vez mais a população brasileira se torna mais idosa e menos jovem, e ao se tratar do sistema previdenciário, haverá em um futuro próximo muitos beneficiários e poucos contribuintes, ameaçando o pagamento de pensões e aposentadorias. Dessa forma, a reforma da previdência foi considerada pelo governo extremamente necessária, diante do cenário de tendência do aumento no déficit nas contas públicas, e da insuficiência de arrecadações para os pagamentos dos devidos benefícios, de direito dos cidadãos. (ELIAS, 2019).

Conforme dispõe a Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, Brasil (2019), as principais mudanças abordadas pela reforma da previdência são:

- a) Idade mínima e tempo de contribuição: os trabalhadores privados e de municípios sem sistema previdenciário próprio que eram vinculados aos regimes de previdência anteriormente à Emenda Constitucional, poderiam se aposentar pelo fator idade, tempo de contribuição, ou mediante o somatório dos dois fatores atingindo 86 (mulheres) ou 96 (homens). Após a reforma, foram exigidos idade mínima e tempo de contribuição. Além disso, as alterações também direcionam regram específicas para algumas categorias profissionais como servidores públicos, professores do ensino básico, legislativos, policiais federais, agentes penitenciários e educativos;

## **Figura 2 - Comparativo – Trabalhadores privados e servidores**



Fonte: Elaborado pela autora com base em BRASIL (2019).

- b) Cálculo do benefício: Anteriormente à reforma, o cálculo do benefício era efetuado de acordo com a média dos 80% maiores salários de contribuição. Após a reforma, passou a ser realizado com base em todo o histórico contributivo, tanto para o RGPS quanto para o RPPS, tendo em vista que: cumprindo os prazos mínimos de idade e tempo de contribuição, os trabalhadores terão direito de receber 60% do benefício. Para alcance do valor integral, será necessário contribuir pelo menos 35 e 40 anos respectivamente para mulheres e homens. Isso ocorre, pois a cada ano excedido do mínimo estabelecido, serão acrescidos 2%;
- c) Alíquotas de contribuição: a reforma define que os contribuintes que recebem maior salário irão contribuir mais para o INSS, enquanto aqueles que recebem salários menores, irão contribuir menos. Dessa forma, o valor da contribuição irá variar conforme a faixa salarial de cada um, variando entre alíquotas de 7,5% a 14% para o RGPS e de 7,5% a 22% para o RPPS;
- d) Pensão por morte: no modelo previdenciário anterior à reforma, era possível o acúmulo entre pensão e aposentadoria, e o recebimento da pensão por morte era integral, conforme valor do benefício do falecido ou a que teria direito em vida. Atualmente, o valor da pensão foi alterado tanto para o RGPS, quanto para o RPPS, sendo que o benefício será de 50% da aposentadoria do falecido, acrescido de 10% por dependente (incluindo o cônjuge). Além disso, o acúmulo de pensões com aposentadoria será limitado, considerando que aquele indivíduo que receber mais de um benefício terá direito de 100% sobre o maior, e receberá somente uma porcentagem sobre a soma dos restantes;

- e) Regras de transição e outros pontos: a reforma evidencia regras específicas para os contribuintes que já atuam no mercado de trabalho e devem identificar dentre cinco regras de transição para o RGPS e duas para o RPPS, qual será a mais vantajosa mediante o processo de aposentadoria. Ademais, foram indicadas algumas modificações no que concerne à aposentadoria por invalidez e aposentadoria dos políticos.

## **2 METODOLOGIA DE PESQUISA**

Quanto aos objetivos esta pesquisa se classifica como aplicada e descritiva. Quanto à abordagem do problema, em qualitativa e quantitativa. No que se refere aos procedimentos técnicos classifica-se em bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso.

A pesquisa realizada se desenvolveu através da aplicação de um questionário virtual, capaz de abranger o público alvo em diversas localidades. Os sujeitos da pesquisa, que responderam as questões propostas são: jovens, de faixa etária entre 18 e 28 anos, inseridos ou não no mercado de trabalho, e pertencentes a diferentes classes sociais e níveis intelectuais. Foram coletados dados de 105 respondentes, distribuídos entre o sexo feminino e masculino.

Os dados coletados foram organizados em tabelas, gráficos e analisados mediante aplicação de técnicas da estatística descritiva, que auxiliaram na avaliação do conteúdo e contribuíram para o alcance do objetivo almejado. Com relação às limitações desse estudo, verifica-se que foi necessária a aplicação da neutralidade científica, a opinião da autora não poderá interferir na coleta e análise das informações que serão obtidas. Outro aspecto relevante é o método quantitativo utilizado no desenvolvimento da pesquisa, pois, a aplicação de questionários pode não proporcionar o retorno almejado conforme a amostragem definida. Além disso, a pesquisa se limitou à coleta de dados de um público específico. As conclusões foram elaboradas, tendo em vista a restrição definida de acordo com a faixa etária de 18 a 28 anos. Nesse contexto, a adaptação da abordagem utilizada na pesquisa para outros grupos, apesar de apresentar conclusões mais abrangentes, pode proporcionar dificuldades de interpretação dos resultados, tendo em vista o enfoque da pesquisa.



### 3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

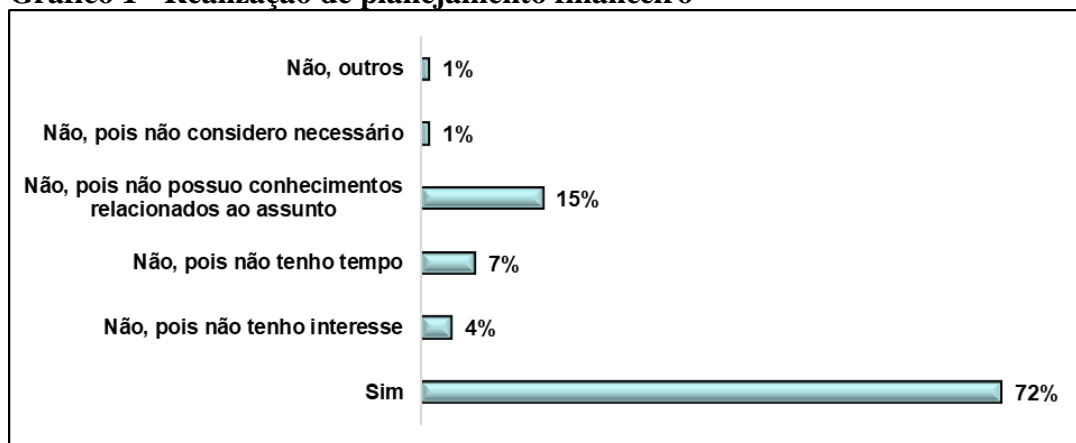
Assim como no ramo empresarial, as finanças pessoais também necessitam de organização e controle para o alcance dos objetivos almejados. Conforme evidencia Dessen (2015), a gestão eficaz das finanças proporciona a definição de estratégias aplicáveis tanto ao presente quanto ao futuro, e pode contribuir para o processo de tomada de decisões, gerenciamento de imprevistos, controle financeiro e até mesmo para a concretização de um plano.

#### 3.1 Análise dos resultados

Os dados obtidos foram sintetizados em três grupos para a caracterização do público alvo do estudo, sendo eles: perfil do respondente, perfil financeiro e de investidor e planejamento para aposentadoria.

Evidenciou-se que a grande maioria dos respondentes são integrantes da faixa etária entre 18 e 21 anos, com estado civil solteiro, trabalho formal, renda entre R\$ 1.045,00 e R\$ 2.090,00, e com formação acadêmica incompleta no ensino superior. No que se refere à prática do planejamento financeiro pessoal, os registros indicaram que 72% dos respondentes possuem o hábito de planejar as suas finanças, com frequência mensal.

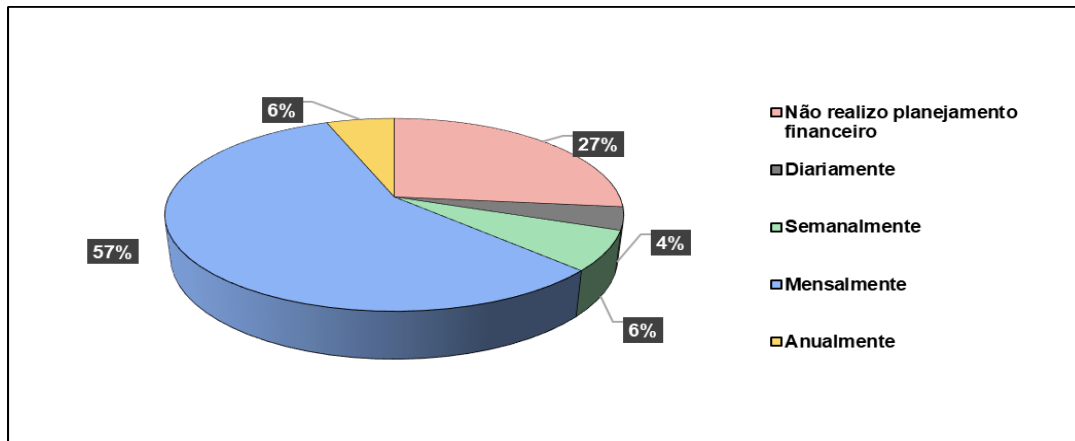
**Gráfico 1 - Realização de planejamento financeiro**



Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

**Gráfico 2 - Frequência de realização do planejamento financeiro**

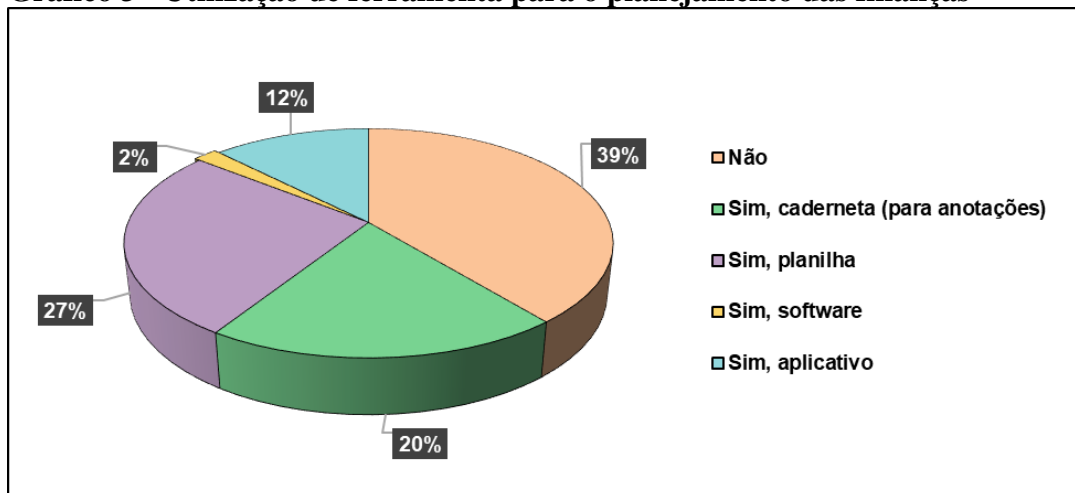
## PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: um estudo entre jovens inseridos no contexto da reforma previdenciária brasileira



Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

Observou-se que, apesar dos participantes da pesquisa afirmarem efetuar o planejamento com frequência mensal, 39% do total não utiliza nenhuma ferramenta para auxílio no processo. Atualmente, com a modernização e a forte evolução tecnológica, são inúmeros os recursos existentes para proporcionar maior facilidade, controle e acompanhamento das finanças e dos investimentos. A falta de utilização de uma ferramenta de auxílio pode acarretar em descontrole financeiro e em falhas no planejamento, influenciando por exemplo na formação de dívidas, atrasos ou faltas de pagamentos, gastos em excesso, dentre outros aspectos.

**Gráfico 3 - Utilização de ferramenta para o planejamento das finanças**



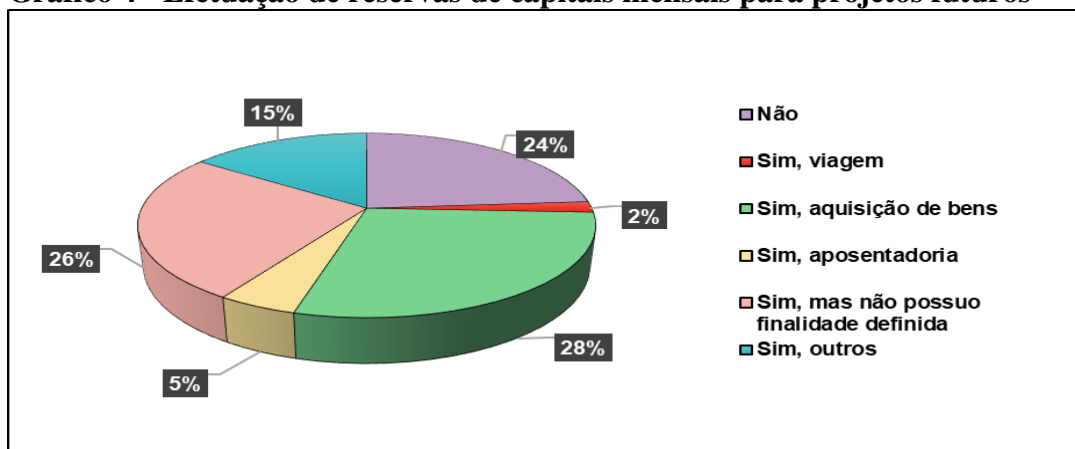
Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

Constatou-se que apesar da grande maioria dos jovens alegarem que há sobras de recursos após o pagamento das despesas do mês, 24% do total declararam não efetuar nenhuma destinação para reservas que objetivam o alcance de projetos futuros. Em contrapartida, é possível verificar que 28% dos respondentes, destinam as suas

reservas para a aquisição de bens, e isso se justifica principalmente por uma característica marcante registrada na sociedade contemporânea, relativa ao consumismo e ao elevado nível de compras por impulso, que afeta toda a população, inclusive as novas gerações, e que pode acarretar em endividamento.

Vale ressaltar, que somente 5% dos jovens afirmaram efetuar reservas direcionadas para a aposentadoria e 26% não possuem nenhuma finalidade definida para as suas reservas mensais, o que pode demonstrar a inexistência ou falha de um planejamento financeiro.

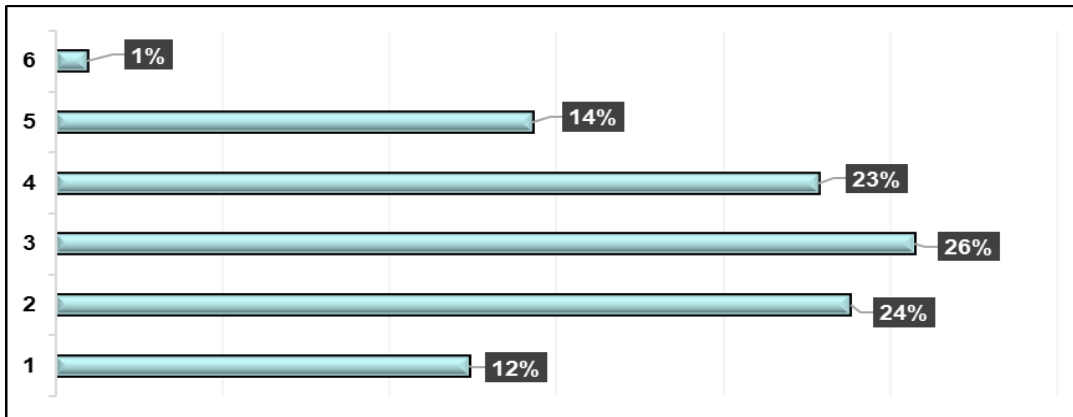
**Gráfico 4 - Efetuação de reservas de capitais mensais para projetos futuros**



Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

Almejando analisar o nível de conhecimento dos jovens referente aos tipos de investimentos existentes no mercado, verificou-se que, em uma escala de níveis entre 1 a 6, em que 1 representava o nível mais baixo e 6 o nível mais elevado, a média geral foi de 3,41. Com maior predominância de respostas entre os níveis 2 e 3, considera-se um resultado desfavorável, tendo em vista o contexto de mudanças no sistema previdenciário brasileiro e a necessidade de buscar alternativas de investimento para o futuro.

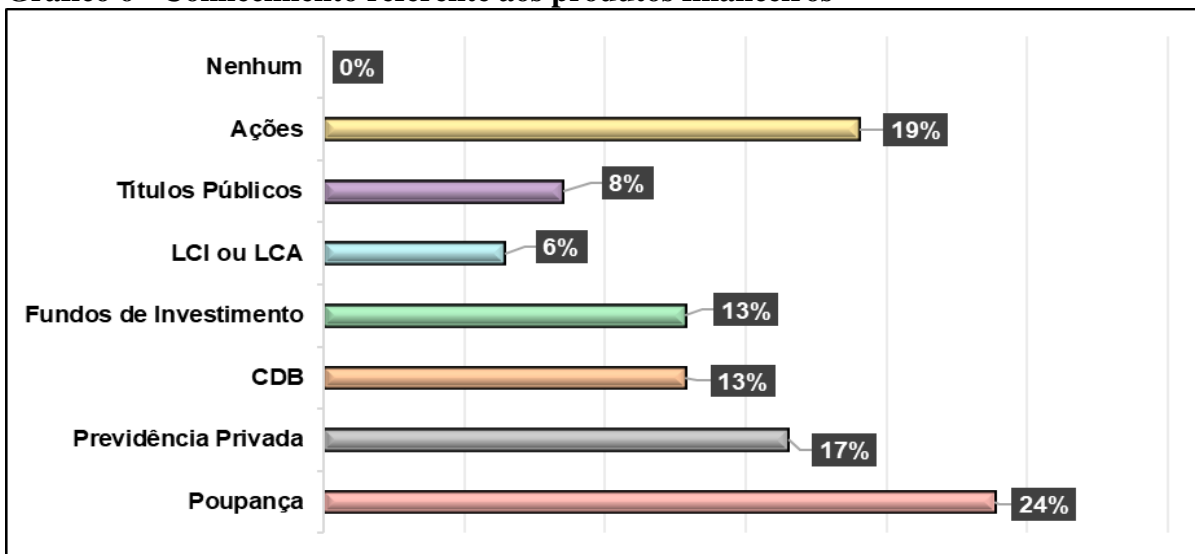
**Gráfico 5 - Nível de conhecimento referente aos tipos de investimentos existentes no mercado**



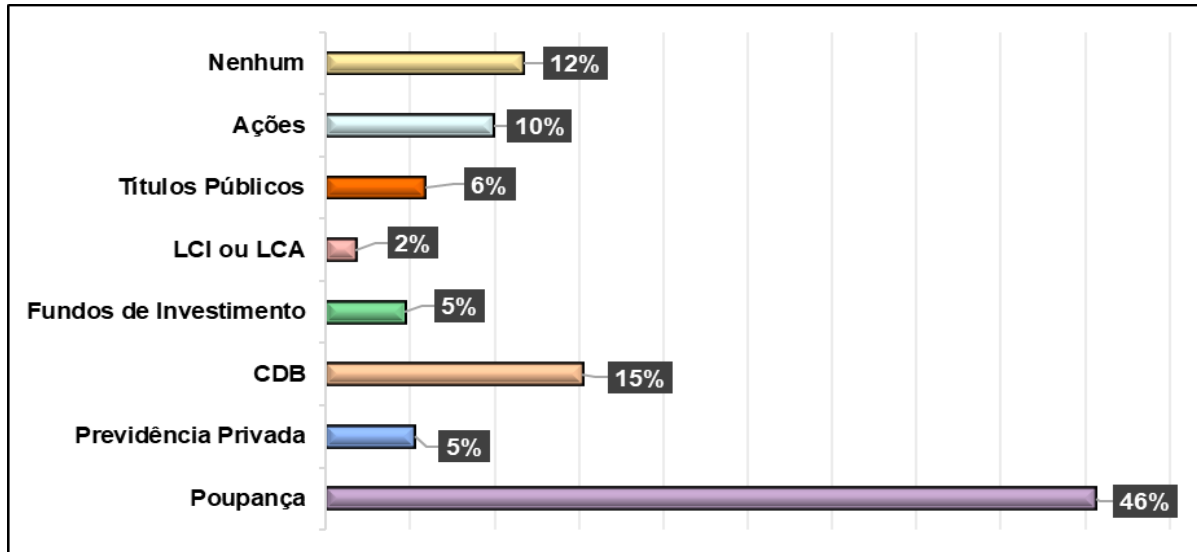
Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

Mediante o questionamento referente aos investimentos conhecidos pelos participantes da pesquisa, houve predominância principalmente da caderneta de poupança (24%), ações (19%) e previdência privada (17%). No que se refere aos investimentos já efetuados, observou-se que o maior destaque de aplicações é a poupança, com 46%, confirmando que este é o investimento mais tradicional e simples de se aplicar no mercado e corroborando com o referencial teórico e com a caracterização do segmento desta pesquisa. Não obstante, é relevante destacar que esse tipo de investimento não é o mais aconselhável ao se tratar de melhores rentabilidades e maior prazo de aplicação.

**Gráfico 6 - Conhecimento referente aos produtos financeiros**

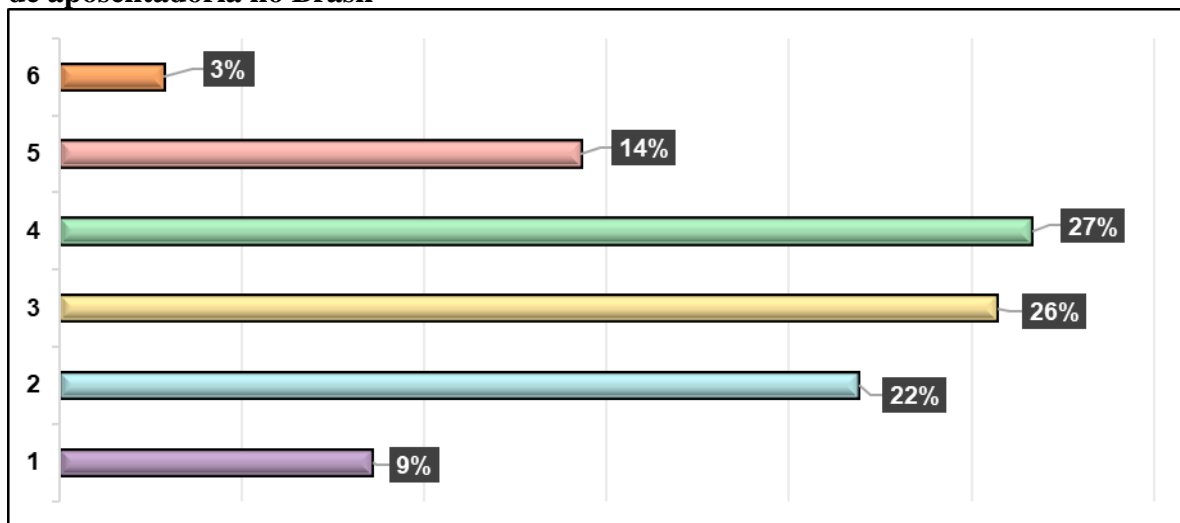


Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

**Gráfico 7 – Investimentos realizados**

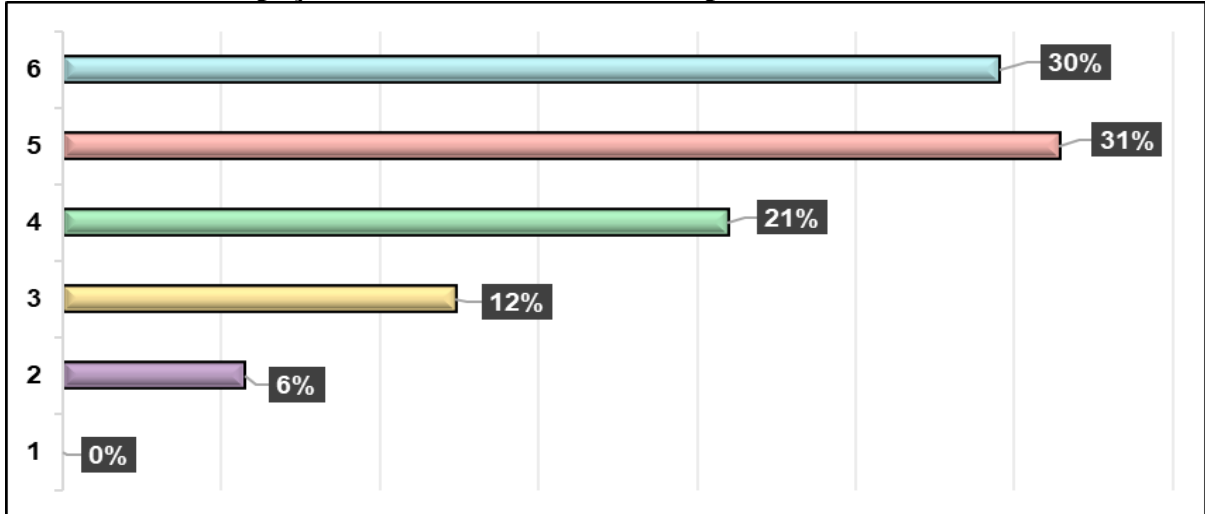
Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

No que se refere ao nível de conhecimento dos jovens referente à Previdência Social e ao processo de aposentadoria no Brasil, verificou-se que, em uma escala de 1 a 6, em que 1 representava o nível mais baixo e 6 o nível mais elevado, houve uma média geral de 3,72, considerando que a maioria das respostas foram indicadas para os níveis 3 e 4. Em contrapartida, apesar do nível de conhecimento não ter sido completamente satisfatório, os respondentes apresentaram uma média favorável de 5,28, referente ao nível de preocupação com as alterações nas regras de aposentadoria abordadas pela reforma da previdência. Os resultados indicaram predominância entre os níveis 5 e 6.

**Gráfico 8 - Nível de conhecimento relacionado à Previdência Social e ao processo de aposentadoria no Brasil**

Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

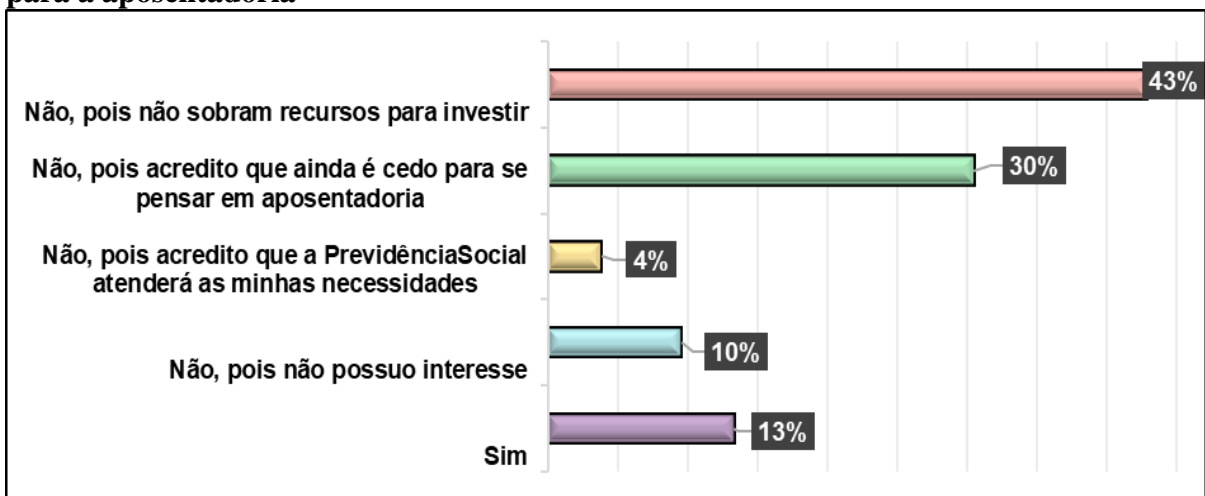
**Gráfico 9 - Preocupação com a reforma no sistema previdenciário brasileiro**



Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

Concernente à realização de investimentos ou planejamentos financeiros direcionados para a aposentadoria, constatou-se que a grande maioria dos respondentes não efetua essa prática, principalmente por não sobrar recursos para se investir (43%) e por acreditarem que ainda é cedo para se pensar no assunto (30%). As justificativas apresentadas indicam que, apesar de 56% dos jovens afirmarem anteriormente que é frequente a sobra de recursos no final do mês, estes são utilizados para outras finalidades e não são planejados devidamente para fins de investimento. Ademais, conforme mencionado ao longo deste estudo, quanto mais cedo se iniciar um investimento, melhores serão os retornos no futuro e maior é a probabilidade de alcance dos objetivos almejados.

**Gráfico 10 - Realização de investimento ou planejamento financeiro direcionado para a aposentadoria**



Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

Ademais, conforme evidenciado no gráfico acima, do total de dados coletados para a questão, somente 13% evidenciaram a realização de investimentos ou planejamentos com foco na aposentadoria. Os jovens apontaram que o investimento ou planejamento é realizado principalmente através de previdência privada, fundos imobiliários que apresentam pouca volatilidade e renda mensal garantida, renda variável, tesouro público, poupança, certificado de depósito bancário (CDB), além de estratégias envolvendo os mercados financeiros e de capitais e estudos para o alcance de melhores conhecimentos relacionados ao assunto.

## CONCLUSÃO

Na atualidade, a sociedade contemporânea vivencia um contexto de mudanças, decorrentes principalmente da implementação de novas regras por parte do Governo Federal. Tendo em vista que a população brasileira está apresentando características de envelhecimento com grande intensidade e velocidade, são fortes as ameaças ao pagamento de pensões e aposentadorias realizadas através do sistema previdenciário brasileiro. Visando evitar a existência de um maior número de beneficiários do que contribuintes em um futuro próximo e solucionar um possível desequilíbrio orçamentário, foi implementada no ano de 2019 a reforma previdenciária.

As novas regras apresentadas pela reforma poderão acarretar em impactos no planejamento de vida dos cidadãos, principalmente para as novas gerações que iniciaram recentemente as suas contribuições para a aposentadoria e para aqueles que ainda irão ingressar no mercado de trabalho. Diante disso, um considerável conhecimento em finanças, vinculado à efetuação de reservas e investimentos, além da realização de um bom planejamento para a aposentadoria, podem garantir uma visão de futuro ampla, bem como estabilidade, tranquilidade financeira e independência da Previdência Social.

Nessa perspectiva, tornou-se extremamente relevante avaliar a visão dos jovens referente ao contexto em que estão vivenciando, abrangendo aspectos relacionados à prática do planejamento financeiro e opiniões a respeito da aposentadoria. Ademais, foram apresentadas estratégias de investimento no mercado financeiro, de capitais e de previdência complementar.

A pesquisa desenvolvida revelou que a maioria dos participantes possuem o hábito de realizar o planejamento financeiro, demonstrando que grande parte dessa

geração acompanha e controla as suas finanças pessoais. Apesar de afirmarem que é frequente a sobra de recursos mensais após o pagamento das despesas, muitos jovens indicaram direcionar os seus recursos para a aquisição de bens e para outras finalidades não definidas, se afastando dos investimentos. Considerando que os respondentes possuem conhecimento médio a respeito dos produtos financeiros existentes no mercado, o investimento de maior popularidade e que possui o maior nível de investimentos é a poupança.

Concernente ao conhecimento relativo ao processo de aposentadoria no Brasil, constatou-se que os jovens estão alocados em um nível médio de 3,72, considerando uma escala de 1 a 6. Não obstante, é elevado o grau de preocupação relacionado às alterações nas regras de aposentadoria, sendo em média 5,28 em uma escala de 1 a 6. Além disso, grande parte dos respondentes não efetuam investimentos visando rentabilidade futura, e isso se justifica principalmente em decorrência da falta de interesse, por acreditarem que a Previdência Social será suficiente para atender as suas necessidades, por ainda ser cedo para se pensar no assunto e também pela falta de sobra de recursos para se investir. Adicionalmente, verificou-se que apesar de existir a preocupação com o contexto de mudanças em que estão inseridos, muitos participantes não demonstraram efetuar práticas que podem garantir a redução dos possíveis impactos que poderão ser provocados pela reforma previdenciária.

O perfil conservador referente aos investimentos revela que o público alvo dessa pesquisa desconhece ou não investe em produtos relevantes que podem proporcionar melhores retornos para o futuro. Nos mercados financeiros e de capitais, dentre os principais produtos direcionados para essa finalidade, destaca-se a previdência privada, o tesouro direto, os fundos de investimentos e outras possibilidades que podem ser adaptadas à realidade de cada indivíduo. Esse cenário demonstra a necessidade de maior diálogo na sociedade a respeito de temas como educação financeira e cuidados com as finanças pessoais, para que os cidadãos possam ser capazes de lidar com os seus recursos da melhor maneira possível.

Espera-se que a presente pesquisa contribua para outros estudos acerca do tema, tendo em vista a relevância da reforma previdenciária e os impactos que podem ser gerados aos cidadãos. Tais impactos abrangem não somente os indivíduos que estão próximos ao processo de aposentadoria, mas também as gerações que irão vivenciar o novo cenário constituído após a implementação da Emenda Constitucional nº 103 em novembro de 2019.



## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Hermes Arrais. **Direito previdenciário para concursos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611393/cfi/0!/4/4@0.00:58.3>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS. **Planejamento financeiro: no papel, com planilhas ou aplicativos?** 2019. Disponível em: <https://comoinvestir.anbima.com.br/noticia/planejamento-financeiro-no-papel-com-planilhas-ou-com-aplicativos/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira**. 2018b. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf). Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. **Congresso promulga Nova Previdência: confira as principais mudanças**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **O que são títulos públicos?** Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2019.

BRUNI, Adriano Leal. **Avaliação de investimentos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018271/cfi/6/8!/4/2@0.00:0>. Acesso em: 09 abr. 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Mercado de valores mobiliários brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/LivroTOP-CVM.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS *et al.* **Seis em cada dez brasileiros não se preparam para aposentadoria, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil e Banco Central**. 2019. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/6088>. Acesso em: 08 mar. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS; SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171>. Acesso em: 08 mar. 2020.

CONGO, Mariana. **O que é investimento? Entenda tudo sobre o conceito de investimento financeiro.** 2019a. Disponível em: <https://blog.magnetis.com.br/o-que-e-investimento/>. Acesso em: 09 abr. 2020.

DANA, Samy. **Porque a reforma da Previdência é necessária?** 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/por-que-reforma-da-previdencia-e-necessaria.html>. Acesso em: 11 abr. 2020.

DESSEN, Marcia. **Finanças pessoais: o que fazer com meu dinheiro.** São Paulo: Trevisan, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519714/cfi/0!/4/4@0.00:59.0>. Acesso em: 08 abr. 2020.

DIAS, Eduardo Rocha; MACÊDO, José Leandro Monteiro de. **Curso de direito previdenciário.** 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5589-2/cfi/1!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 11 abr. 2020.

DIETRICH, Jônatas, BRAIDO, Gabriel Machado. *Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: Um Estudo com Alunos dos Cursos de Especialização de uma Instituição de Ensino Superior. Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2016.*

EDUARDO, Ítalo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. **Curso de direito previdenciário.** 12. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530971069/cfi/6/10!/4/2@0:0>. Acesso em: 09 abr. 2020.

ELIAS, Juliana. **Reforma da Previdência não é perfeita, mas necessária, dizem economistas.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/23/economistas-reforma-previdencia-necessaria.htm>. Acesso em: 12 abr. 2020.

GITMAN, Lawrence J; JOEHNK, Michel D. **Princípios de investimentos.** 8. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/287/pdf/18>. Acesso em: 08 abr. 2020.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010534>. Acesso em: 09 mar. 2020.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário.** 20. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos.** IBGE, 2019. (Estatísticas sociais).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047.** IBGE, 2018. (Estatísticas sociais).

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **Breve Histórico.** INSS, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **Tabela de contribuição mensal.** 2020.

LAURIA, Karolina Franca. **A importância da previdência complementar: uma análise da previdência privada aberta de 2003 a 2017.** 2018. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LIMA, Rosimery *et al.* Educação Orçamentária Familiar: uma ferramenta que promove o controle financeiro doméstico. **Revista Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC**, Campina Grande, v.4, p. 55-63, 2016.

MACHADO, Ralph. **Reforma da Previdência prevê idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/552233-reforma-da-previdencia-preve-idade-minima-de-65-anos-para-homens-e-62-para-mulheres>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018. *E-book*. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018103/cfi/6/2\[;vnd.vst.idref=cover\]!](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018103/cfi/6/2[;vnd.vst.idref=cover]!). Acesso em: 30 abr. 2020.

NETO, Alexandre Assaf. **Curso de administração financeira.** 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022452>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Administração financeira: uma abordagem global.** São Paulo, SP: Saraiva, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-472-0497-6/cfi/1!/4/4@0:0>. Acesso em: 28 mar. 2020.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021752/cfi/6/58!/4/2@0:0>. Acesso em: 08 abr. 2020.

PIRES, Valdemir. **Finanças pessoais: fundamentos e dicas.** Piracicaba: Equilíbrio, 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos**: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias, interdisciplinar, relatórios, entre outros conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) Belo Horizonte, 2019. Disponível em: [http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20160217102425.pdf](http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20160217102425.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

PORTO, José Maria. **Manual dos mercados financeiro e de capitais**. São Paulo: Atlas, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496938/cfi/31!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 08 abr. 2020.

SALAZAR, José Nicolas; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Contabilidade Financeira**. São Paulo, 2004. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522109746/cfi/2!/4/4@0.00:40.7>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SALOTTI, Bruno Meirelles *et al.* **Contabilidade financeira**. São Paulo: Atlas, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022476/cfi/6/10!/4/2@0:0>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SOUSA, Almir Ferreira de *et al.* **Planejamento financeiro pessoal e gestão do patrimônio: fundamentos e práticas**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/174124/pdf/0>. Acesso em: 13 mar. 2020.

TRINDADE, Bruno Milfont. **Contabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar**: Implantação do Novo Plano de Contas. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/31231503-Contabilidade-das-entidades-fechadas-de-previdencia-complementar-implantacao-do-novo-plano-de-contas.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

TREVIZAN, Karina. **'Casa em reforma': relembre os principais fatos da economia em 2019**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/22/casa-em-reforma-relembre-os-principais-fatos-da-economia-em-2019.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2020.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade básica**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220921/cfi/3!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 28 mar. 2020.